

Bancos suíços emprestam com cautela a país pobre

JANOS LENGYEL
Correspondente

GENEBRA — “Não há razão para se tratar diferenciadamente governos e clientes particulares em matéria de créditos: soberania não é sinônimo de solvência e, quando um governo não tem como provar sua capacidade de honrar compromissos, deixa de ser merecedor de crédito”.

Esse princípio sublinhado em recente entrevista pelo Presidente do Union des Banques Suisses, Robert Holzach, ajuda a explicar a boa posição dos bancos helvéticos em relação aos demais estabelecimentos do mundo envolvidos no endividamento internacional e, principalmente, da América Latina, fato que acaba de ser enfocado num estudo do “Wall Street Journal”. Por outro lado, uma acentuada política de solidariedade entre os grandes bancos da Suíça, a cooperação constante em termos de informações e a harmoniosa ligação com instituições supranacionais (FMI, BIS, Banco Mundial e outros) são amostras de um comportamento sempre conservador e cauteloso em matéria de créditos, que nunca deixou ser ultrapassado o limite de participação global de um por cento, chegando ao máximo de quatro a cinco por cento dos ativos na concessão de empréstimos estrangeiros.

Diante disso, a perda de dez bilhões de francos suíços, em países já tidos como insolventes, é inferior a dois por cento do balanço ativo dos bancos, montante facilmente absorvível pelas reservas, sem causar o menor transtorno à vida bancária do país.

Para manter essa política cautelosa, os principais bancos da Suíça vêm conduzindo há dez anos, ou seja a partir do primeiro choque do petróleo, departamentos especializados em avaliação de riscos. Beat Philip, da Société des Banques Suisses (CBS) explica:

O sistema de avaliação de riscos do SBS trabalha em dois níveis. Os diretores regionais fornecem as informações comerciais mais recentes, oferecendo um quadro geral da situação momentânea, enquanto a divisão econômica prepara a sua apreciação sobre riscos e oportunidades de diversos países.

A divisão econômica do SBS tem um padrão estabelecido para dar seu parecer sobre os riscos de crédito de um determinado país. São dois capítulos distintos: uma informação sucinta, duas laudas no máximo, acompanhada de dados numéricos de base, examinando política, economia doméstica, comércio exterior, dívida externa e balanço de pagamentos. A conclusão é a análise do risco numa síntese dos dados apurados.

No segundo capítulo, as estatísticas e figuras indicativas formam uma peça vital denominada CRM (Country Risk Monitor), que detalha o desenvolvimento cronológico do risco de crédito para o país em questão, inclusive comparativamente com outros países em observação.

Através do sistema CRM, hoje adotado em todos os grandes bancos suíços que operam no mercado financeiro internacional, torna-se fácil avaliar a credibilidade de um determinado país, e basta um olhar para a última coluna da ficha da **Country Risk Monitor** para prever a atitude que o banco adotará no caso de nova solicitação de crédito.

No fim da análise de dados dos últimos cinco anos, uma flecha negra, subindo, descendo ou mantendo-se horizontal, indica a tendência.

Somando todos os fatores, essa flecha não é forçosamente declinante em todos os países da América Latina, e principalmente no caso particular do Brasil, país que consegue equilibrar os dados negativos da sua dívida externa e da inflação galopante com a balança comercial e o Produto Nacional Bruto.